ISSN: 2358-8829

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA PRÁTICA: RELATO DE EXPERIÊNCIA DA VI CONFERÊNCIA INFANTOJUVENIL PELO MEIO AMBIENTE EM ESCOLAS PÚBLICAS DE CODÓ–MA

Ellen Alves Fernandes [1]
Bruna Santos Damaceno [2]

INTRODUÇÃO

A educação ambiental, ao longo das últimas décadas, deixou de ser compreendida apenas como transmissão de informações sobre a natureza e passou a ser entendida como um processo formativo que envolve valores, participação e responsabilidade coletiva. No cenário escolar, isso significa reconhecer a escola como espaço de sensibilização, de diálogo e de construção de propostas que partem dos problemas vividos pelos próprios sujeitos e pelo território em que estão inseridos. Essa perspectiva dialoga com as recomendações da Conferência Intergovernamental de Tbilisi (1977) e com uma visão socioambiental, que relaciona questões ecológicas, sociais, culturais e políticas (Carvalho, 2011 *apud* Schwanke; Moura, 2017).

É nesse contexto que se insere a VI Conferência Infantojuvenil pelo Meio Ambiente (VI CNIJMA), mobilizada na rede municipal de ensino de Codó, Maranhão. A Conferência convida estudantes dos anos finais do ensino fundamental a debater questões socioambientais e adota o princípio “jovem escolhe jovem”, segundo o qual os próprios estudantes escolhem seus representantes. A proposta coloca o protagonismo juvenil no centro do processo e leva a escola a assumir o debate ambiental como prática coletiva, e não como conteúdo isolado.

Este trabalho apresenta um relato de experiência sobre a realização da VI CNIJMA em escolas públicas municipais de Codó–MA. A justificativa está na necessidade de documentar e analisar práticas de educação ambiental que partem do território escolar, inclusive de escolas rurais, e que podem inspirar outras redes de ensino. O objetivo geral é relatar e analisar o percurso participativo vivido pelas escolas, destacando como a Conferência favoreceu o protagonismo dos estudantes. Como objetivos específicos, busca-se descrever as etapas do

[1] Mestre em Educação Científica e Tecnológica pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, ellenalvesfernandese@gmail.com;
[2] Licenciada em Ciências Humanas pela Universidade Federal do Maranhão - UFMA, brunasantosdamaceno@gmail.com.

processo, apresentar os principais números e desdobramentos da experiência e discutir seus resultados à luz da literatura sobre educação ambiental participativa.

Metodologicamente, trata-se de um relato de experiência de abordagem qualitativa, desenvolvido em 17 escolas municipais com estudantes do 6º ao 9º ano. Os resultados indicam que os projetos de intervenção nasceram de problemas reais dos contextos escolares e que o principal ganho foi qualitativo: os estudantes passaram de participantes a sujeitos que identificam problemas, propõem soluções e escolhem seus representantes. Conclui-se que a educação ambiental participativa fortalece a formação cidadã quando é construída com os sujeitos, e não apenas dirigida a eles.

METODOLOGIA

O trabalho tem natureza de relato de experiência, com abordagem qualitativa e caráter descritivo. A experiência ocorreu em 17 escolas da rede municipal de Codó–MA, sendo 14 urbanas e 3 rurais, e envolveu estudantes do 6º ao 9º ano. O desenvolvimento foi processual e participativo, seguindo as orientações da VI CNIJMA (BRASIL, 2025). O percurso se aproxima da pesquisa-ação-participante descrita por Schwanke e Moura (2017), uma vez que os temas e as propostas partiram dos próprios estudantes, e não de uma pauta previamente definida.

O processo foi organizado em sete etapas. A primeira, de sensibilização, mobilizou a escola para o debate socioambiental. Na segunda, de diagnóstico participativo, os estudantes identificaram os problemas de seu cotidiano escolar e comunitário. A terceira etapa, de diálogo e construção coletiva, reuniu rodas de conversa e oficinas das quais resultaram as propostas. Na quarta, cada escola elaborou um projeto de intervenção. A quinta etapa correspondeu à eleição dos representantes estudantis, conforme o princípio “jovem escolhe jovem”. Na sexta, realizou-se a I Conferência Municipal pelo Meio Ambiente, voltada à socialização das experiências e à seleção de projetos para a etapa estadual. Por fim, a sétima etapa consistiu no fortalecimento das Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida (COM-VIDAS) nas escolas.

Os dados que compõem este relato foram obtidos a partir do registro do processo, do acompanhamento dos projetos de intervenção e do depoimento dos um professor de Ciências de uma das escolas participantes. As informações são apresentadas de forma agregada, sem identificação nominal de estudantes, e o depoimento é identificado apenas pela função do professor e pela escola, preservando a ética na divulgação dos resultados.

ISSN: 2358-8829

REFERENCIAL TEÓRICO

A educação ambiental brasileira tem como marco internacional a Conferência Intergovernamental de Tbilisi, realizada em 1977, que estabeleceu princípios e orientações para a educação ambiental em escala mundial (UNESCO, 1977). Entre suas contribuições, destaca-se a compreensão de que a educação ambiental deve ser um processo contínuo e interdisciplinar, voltado à solução de problemas concretos e enraizado na realidade local. No Brasil, a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999) reafirma essa compreensão ao tratar a educação ambiental como componente essencial e permanente da educação nacional, que deve estar presente em todos os níveis e modalidades do processo educativo (BRASIL, 1999).

Para Carvalho (2011), a educação ambiental está ligada à formação de um sujeito ecológico, isto é, de pessoas capazes de compreender a relação entre sociedade e ambiente e de agir sobre ela de modo crítico. Essa visão afasta-se de abordagens que reduzem a questão ambiental a comportamentos individuais, como economizar água ou descartar corretamente o lixo, e a reconhece como uma questão socioambiental, atravessada por conflitos, interesses e escolhas coletivas. A escola, nesse sentido, tem papel privilegiado porque reúne diferentes saberes e permite que o debate parta do território vivido pelos estudantes.

A participação ocupa lugar central nessa discussão. Schwanke e Moura (2017), ao tratarem de fóruns de discussão sobre o meio ambiente, defendem o envolvimento dos participantes desde a escolha dos temas, de modo que o debate nasça de questões que fazem sentido para eles. A abordagem aproxima-se da pesquisa-ação-participante, em que os sujeitos deixam de ser apenas objeto de intervenção e se tornam coautores do processo. Essa postura converge com o pensamento de Freire (1996), para quem educar não se resume a transferir conteúdos, mas implica criar condições para que os educandos construam seu próprio conhecimento e exerçam autonomia.

Nesse horizonte, as Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola (COM-VIDAS) aparecem como instâncias de continuidade, pois permitem que a mobilização despertada por eventos como as conferências se converta em ação permanente no cotidiano escolar. Assim, o protagonismo juvenil, o diálogo e a construção coletiva compõem o eixo teórico que orienta a análise da experiência relatada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A VI CNIJMA mobilizou 17 escolas da rede municipal de Codó–MA, das quais 14 são urbanas e 3 são rurais. Participaram 34 estudantes do 6º ao 9º ano, e cada unidade escolar elaborou um projeto de intervenção, totalizando 17 projetos. Desse conjunto, 5 projetos foram

ISSN: 2358-8829

selecionados para a etapa estadual. A presença das escolas rurais merece destaque, pois mostra que o processo alcançou realidades distintas dentro do mesmo município e deu voz a estudantes cujas demandas nem sempre ganham visibilidade no debate público.

A primeira categoria de análise diz respeito à origem dos projetos. Todos partiram de problemas reais dos contextos dos estudantes, inclusive nas três escolas rurais, e não de temas impostos de fora. Esse resultado concorda com Schwanke e Moura (2017), para quem é importante envolver os participantes desde a escolha dos temas. Ao identificar por conta própria os problemas de sua escola e de sua comunidade, os estudantes exercitaram a leitura crítica da realidade, o que se aproxima da concepção freireana de educação como prática da autonomia (FREIRE, 1996) e da visão socioambiental apresentada por Carvalho (2011).

A segunda categoria refere-se à passagem do diagnóstico à ação. Algumas escolas já avançaram para a prática: a EM Prefeito Henrique Figueiredo implantou horta e composteira; a EM Desembargador Sarney Costa e a ETI Ananias Murad mantêm hortas; e a ETI Renato Archer desenvolveu uma horta com garrafas PET. Também foram realizadas ações de coleta seletiva e de plantio de mudas. Tais iniciativas indicam que a Conferência não se esgotou no debate, mas gerou intervenções concretas no espaço escolar, em consonância com a ideia de que a educação ambiental deve estar voltada à solução de problemas reais, como orienta a tradição inaugurada em Tbilisi (UNESCO, 1977).

O depoimento de um professor de Ciências da EM Prefeito Henrique Figueiredo ilustra esse desdobramento: “Nossa horta e composteira, frutos da Conferência do Meio Ambiente, colocam em prática os conteúdos de Ciências, Sustentabilidade e outras disciplinas [...]. Queremos que continuem por muitos anos na escola.” A fala revela dois aspectos relevantes. O primeiro é a articulação entre a ação ambiental e os conteúdos curriculares, o que sugere que a experiência contribui para integrar a educação ambiental ao trabalho pedagógico cotidiano, de forma interdisciplinar. O segundo é o desejo de continuidade, que indica apropriação da iniciativa pela comunidade escolar e se relaciona ao caráter permanente atribuído à educação ambiental pela legislação brasileira (BRASIL, 1999).

A terceira categoria trata da mudança de posição dos estudantes. O principal resultado da experiência foi qualitativo: eles passaram de participantes a sujeitos que identificam problemas, propõem soluções e escolhem seus representantes. O princípio “jovem escolhe jovem” teve papel importante nessa mudança, pois transferiu aos estudantes a decisão sobre quem os representaria, o que fortalece a responsabilidade coletiva e o exercício democrático. Esse achado vai ao encontro da formação do sujeito ecológico discutida por Carvalho (2011), que age de modo crítico sobre a realidade em que vive.

ISSN: 2358-8829

Por fim, destaca-se o papel da I Conferência Municipal, que permitiu a circulação das experiências entre as escolas e fortaleceu as COM-VIDAS. A criação e o fortalecimento dessas comissões representam um desdobramento institucional importante, porque oferecem às escolas um espaço permanente de organização para a continuidade das ações. Sem esse tipo de estrutura, mobilizações pontuais tendem a se encerrar com o evento; com ela, abre-se a possibilidade de que a educação ambiental se consolide como prática regular na rotina escolar.

Cabe reconhecer, como limite do relato, que os resultados são predominantemente qualitativos e descritivos, baseados no acompanhamento do processo e em depoimentos, sem instrumentos formais de avaliação da aprendizagem ou do impacto ambiental das ações. Ainda assim, o conjunto das evidências aponta que a construção coletiva, quando parte dos problemas reais dos sujeitos, produz engajamento e transforma a relação dos estudantes com a escola e com o território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência da VI CNIJMA em Codó–MA mostrou o potencial da educação ambiental participativa para a formação cidadã e para o protagonismo juvenil. Ao sensibilizar, diagnosticar, dialogar, propor e escolher, os estudantes assumiram um lugar ativo na discussão ambiental da escola e do território, tendo as COM-VIDAS como desdobramento. A educação ambiental ganha força quando é construída com os sujeitos, e não apenas dirigida a eles.

Como contribuição para a comunidade escolar e científica, o relato evidencia que processos que combinam diagnóstico participativo, projetos de intervenção e eleição de representantes pelos próprios pares podem ser replicados em outras redes de ensino, inclusive em escolas rurais. Recomenda-se que novas pesquisas acompanhem a continuidade das hortas, composteiras e demais ações, avaliem a atuação das COM-VIDAS ao longo do tempo e investiguem, com instrumentos específicos, a aprendizagem e a participação dos estudantes envolvidos.

Palavras-chave: Educação ambiental; Protagonismo juvenil; Conferência Infantojuvenil; COM-VIDA; Codó–MA.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 28 abr. 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. Orientações da VI CNIJMA**: Vamos transformar o Brasil com Educação e Justiça Climática. Brasília: MEC, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/cnijma>. Acesso em: 29 out. 2026.**

CARVALHO, I. C. de M. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2011.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

SCHWANKE, C.; MOURA, C. F. de. Arena ambiental: fórum de discussões sobre o meio ambiente e questões socioambientais. **Revista ViverIFRS**, Porto Alegre, ano 5, n. 5, nov. 2017.

UNESCO. **Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental: Declaração de Tbilisi**. Tbilisi, 1977.